

PROJETO DE PESQUISA: «A Economia Gaúcha nos Anos Trinta: Agropecuária Colonial e o Processo de Industrialização na República Nova (1930-1937)».

Coordenadora:

Sandra Jatahy Pesavento

Pesquisadores:

*Adolar Koch**

*Emilia Julia Massera Aroztegui**

*Maria Elizabeth Lucas**

*Telmo Remião Moure**

Este projeto de pesquisa se acha vinculado ao projeto mais amplo que se desenvolve na UFRGS desde 1978, intitulado «Análise da Economia Gaúcha: 1930-1960», sob a coordenação da Prof^a. Sandra Jatahy Pesavento. A idéia de elaborá-lo nasceu da constatação de que a história econômica do Rio Grande do Sul tem sido pouco estudada na sua fase mais recente, pós-1930. Há uma série de informações de caráter quantitativo sobre a economia do Estado, mas que se restringem ao plano da economia pura, sem tentar inserir os dados dentro de um processo histórico mais amplo. O volume I da obra elaborada pela Fundação de Economia e Estatística. «25 Anos de Economia Gaúcha», que oferece «uma visão global da economia do Estado», chegou às conclusões que foram consideradas de suma importância para a análise da economia gaúcha como um todo. Por exemplo, constatou-se basicamente, que no período de 1948 a 1969 o «setor secundário cresceu de forma mais pronunciada que os demais, acompanhando, ainda que de maneira bem menos acentuada, o fenômeno geral da industrialização que caracterizou o desenvolvimento brasileiro no pós-guerra». Ao mesmo tempo em que crescia a indústria, ocorria uma diminuição da produtividade no setor primário, que chegaria a configurar-se como uma verdadeira crise na agropecuária.

Nas conclusões apresentadas, inexistiria «qualquer relação mais estreita entre ambos os fatos». Em termos gerais, no período citado, o Rio Grande do Sul apresentou uma «desaceleração» do seu crescimento.

A partir dos dados expostos, considerou-se fundamental tentar apreender o contexto histórico e o processo pelo qual se efetivou um crescimento da industrialização, acompanhado de uma queda da produtividade do setor agropecuário. Para tanto, julgou-se necessário remeter o estudo para o período anterior, de 1930 a 1945, onde já estavam presentes as condições necessárias para que o processo pudesse ser dividido de forma mais clara na etapa seguinte, que foi considerada aquela compreendida entre 1946 e 1960.

Para facilidade de pesquisa e análise, o trabalho foi delimitado em três etapas, configurando-se uma periodização que foge ao nível puramente econômico e que tenta também abarcar as dimensões social e político-ideológica. O primeiro período, delimitado entre 1930 e 1937, abrange a dinâmica do Estado sulino durante a chamada República Nova. A segunda etapa compreende a realidade do Estado Novo (1937-1945) e a última (1946-1960) estende-se desde a redemocratização do país até a configuração da crise da democracia populista.

Durante estas três etapas, o Brasil, assim como o Rio Grande, passou por profundas transformações, tais como a aceleração do modo capitalista de produção, a recomposição das suas forças sociais reais e a afirmação de novas estruturas de poder.

O projeto se propõe a tornar efetiva uma pesquisa a que se considerou de grande relevância para a compreensão do contexto gaúcho, uma vez que se pretende ir além do critério quantitativo e descritivo, mas tentar realizar uma análise histórica em termos globais, inter-relacionando os níveis econômico, social e político.

Partindo do pressuposto de que a História é um processo, onde os seus diferentes elementos se encontram em contínua interação, buscou-se analisar a dinâmica da estrutura econômica gaúcha em transformação, as formas de atuação dos grupos sociais envolvidos e a ação do Estado. Considera-se que em História nada é exclusivamente social, político ou econômico, e que se torna impossível isolar um dos níveis estruturais sem analisá-lo nas suas inter-relações com os demais. Mesmo que se dê ênfase especial a um dos planos — o econômico, como no presente estudo — é necessário que o mesmo seja remetido às suas múltiplas interações com os demais níveis de estrutura.

Nesta análise, julgou-se essencial fazer um estudo da estrutura produtora gaúcha no que toca à pecuária, agricultura e industrialização, o que implica em última análise, tentar captar a forma pela qual se realizará o capitalismo no extremo sul.

A partir desta problemática, busca-se verificar as condições que o Rio Grande do Sul apresentava para desenvolver-se plenamente em termos de capitalismo, inserido num contexto brasileiro que sofria um intenso processo de transformação.

No plano social, procura-se realizar uma análise dos interesses de classe das formas de atuação dos grupos que detêm a posse dos meios de produção, delimitando inclusive, se possível, a situação dos trabalhadores diretos, bem como nível de conscientização. Igualmente, tentar-se-á, identificar as articulações destes grupos com o poder instituído, mediante formas de auxílio, representação política de seus interesses, etc.

Para a efetivação deste estudo a ser desenvolvido, levantamos as seguintes hipóteses de trabalho.

a) as raízes estruturais da crise econômica gaúcha se buscariam nas condições de gestação de um capitalismo tardio e da posição periférico-dependente em que se colocaria o Estado no cenário nacional:

b) a crise agropecuária não foi compensada, a nível de Estado, pelo crescimento do setor industrial, não só pelo peso maior do setor primário na economia gaúcha, como pelas próprias limitações de desenvolvimento que a industrialização apresentou no Rio Grande do Sul;

c) tendencialmente, o grupo ligado à indústria teve maior acesso aos mecanismos de decisão do poder, enquanto que os ligados ao setor agropecuário entrariam num processo de perdas relativas do poder público no Estado.

No que diz respeito às fontes utilizadas, além da análise da bibliografia existente, foram consultados os seguintes locais:

- Fundação de Economia e Estatística
- Arquivo Histórico do Estado

- Assembléia Legislativa do Estado
- Instituto Sul-rio-grandense de Carnes
- Biblioteca Pública do Estado
- Correio do Povo
- Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS
- Bibliotecas particulares
- Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
- Gabinete de Orçamento e Finanças
- Instituto Histórico e Geográfico
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Instituto Rio-Grandense do Arroz
- Secretaria de Indústria e Comércio.

A coleta de material processou-se ao longo dos anos de 1978 e 1979.

No decorrer de 1979, foram sendo elaborados os primeiros trabalhos escritos resultantes da pesquisa, visando a sua apresentação no X Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em julho daquele ano em Niterói, Rio de Janeiro.

Foram apresentados os seguintes trabalhos:

1) «Marco Referencial para a Análise do Processo Gaúcho de Industrialização na República Nova» — Adolar Koch, aluno do II Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, bolsista da pesquisa.

Este trabalho, em sua proposição de estabelecer um marco de referência para o estudo da industrialização pós-30, procurou analisar tanto os elementos externos ao Rio Grande do Sul (capitalismo mundial e conjuntura nacional) quanto os padrões internos de acumulação gaúchos. A busca de um enquadramento desta natureza se justifica em torno da necessidade de estabelecer a maneira como a formação social gaúcha transitou para o capitalismo. Neste sentido, foi abordado o comportamento do Estado gaúcho em relação ao setor industrial. O enquadramento cronológico deste marco referencial prendeu-se à realidade da República Velha, quando foi feita uma revisão da bibliografia existente sobre o assunto. O trabalho concluiu que a herança recebida pela República Nova do processo industrial anterior impôs dificuldades ao rumo que a industrialização assumiu no estado, dificuldades estas evadas da própria situação periférico-dependente da formação social gaúcha, da baixa capitalização do setor agropecuário e dos entraves impostos pela oligarquia no poder.

Este trabalho serviu como monografia apresentada na conclusão do curso de bacharelado em História, na UFRGS, de Adolar Koch.

II) «A República Nova Gaúcha: Estado e Pecuaristas» — Sandra Jatahy Pe-savento.

Este trabalho pretendeu fazer a análise das relações entre o Estado e a Sociedade, encarada a questão do ângulo das relações do Estado gaúcho durante a República Nova com a classe dominante dos pecuaristas. Objetivou-se ter em vista algumas linhas de orientação básica:

1) Análise da situação de crise da economia pecuária gaúcha, que somou à herança de problemas não superados da República Velha os efeitos da crise de

29; basicamente, foi colocada a problemática no plano de criação, da charqueada e do frigorífico, envolvendo, no seu conjunto, as condições de limitação da pecuária gaúcha em termos de capitalização.

2) Análise das cisões internas da classe dominante e suas formas de atuação:

2.1) diferenciação em frações de classe (criadores e charqueadores); nível de oposição entre elas; formas de reagir à crise e soluções propostas na instância econômica; seu relacionamento enquanto frações de classe com o Estado (governo local e União);

2.2) diferenciação em facções políticas; seu posicionamento quanto ao problema econômico e o poder; articulações políticas regionais e nacionais.

3) Análise, se possível, da situação das classes dominadas rurais, embora se tenham presentes as dificuldades inerentes à sua falta de organização e carência de fontes escritas que expressassem seu pensamento.

Considerando a preocupação com estas linhas de análise propostas, as conclusões obtidas foram as seguintes:

1) Crise da economia pecuária:

A crise da economia pecuária sulina revelou uma situação de descapitalização (criação e charqueada), que tornava a vanguarda da classe cominante incapaz de, com recursos próprios, renovar a estrutura produtiva local no sentido de um capitalismo rural pleno. Globalmente, esta economia se apresentava como que atrelada ao centro do país, em termos de subordinação, o que dava reforço ao modelo de desenvolvimento agropecuário proposto, valorizando as «indústrias naturais» e a «integração ao mercado nacional». A pecuária se revelou sempre dependente de medidas governamentais de apoio. No tocante ao seu envolvimento com o poder central, a subordinação econômica tendeu a ser mascarada na medida em que as aspirações locais de desenvolvimento se coadunavam com a orientação do governo central de «diversificação econômica nacional», «mercado interno integrado», etc. Os choques se davam na medida em que o atendimento a um problema regional era suplantado por um interesse nacional.

2) No que toca às cisões internas da classe dominante:

a) A fração da classe dos criadores demonstrou ser a mais progressista, partindo dela as propostas mais avançadas, tais como refinamento de raças, pastagens artificiais, transição para a agricultura capitalista e — a mais progressista em termos de pecuária — a montagem de um frigorífico nacional. A fração de classe dos charqueadores, embora se mantendo, ao longo de quase toda a sua história, agarrada ao velho processo produtivo manufatureiro, retrógrado e arcaico, no final do período tendeu a uma união com os criadores, voltando-se para a idéia do frigorífico. Com isso, atenuava-se o conflito intraclasses que fazia colidir interesses de estancieiros com os dos saladeiristas, embora não se verificasse uma integração, expressa num projeto único, de montagem de um frigorífico, ou associação das duas entidades de classe representativas dos criadores e charqueadores.

Ambas as frações de classe, reunidas em órgãos específicos, estavam equacionando a solução do problema econômico básico debaixo da tutela do Estado, sob a nova forma que se generalizou no pós-30: o instituto.

b) No plano político, a proposta do governo central foi a desmobilização política das oligarquias, em função da constituição de uma nova estrutura de poder, na qual o exercício direto do poder político fosse retirado das classes do-

minantes nacionais em função da preservação de sua dominância e da continuidade do processo capitalista.

No plano local, os momentos de 1932 e 1937 são dois marcos fundamentais. Em 1932, acontece a cisão política gaúcha: a «ala regional», tendo em vista a ameaça da perda de poder das oligarquias regionais, rebela-se contra o governo central, enquanto que a «ala nacionalista», mais tarde consubstanciada no PRL, identifica-se com a orientação do Governo Provisório, posicionando-se pela ordem e pelo desenvolvimento econômico nacional, no qual o Rio Grande do Sul cumpriria seu papel de «celeiro do país».

A perspectiva de integração do Rio Grande do Sul ao Centro, economicamente, não estava ausente da percepção das duas correntes políticas; porém, nenhuma conscientizava, claramente, neste momento, a subordinação econômica presente na relação centro-periferia.

Para a «ala regional», a demora na reconstitucionalização era entendida como perda de poder oligárquico, enquanto que, para a «ala nacionalista», a tutela do centro era compreendida como colaboração e não como subordinação.

Em 1937, a nova cisão das oligarquias gaúchas, dada num momento crucial de transição do poder a nível nacional, evidenciou um momento básico de barganha política: a ala de Flores, centralizada no PRL, toma consciência do rumo para a ditadura e da impossibilidade, imposta pelo centro, das oligarquias participarem do poder político. Já os elementos da FUG e da dissidência liberal, que transacionavam com Vargas, optam por uma coalisão mais vantajosa, aceitando a perda do poder político.

A subordinação econômica, presente em ambos os momentos, não é conscientizada como fator possível de ser o motivo da ruptura com o centro. Embora muitas vezes vivenciada e sentida a exploração econômica, ela passa para um segundo plano, mascarada, e a problemática política assume a relevância principal.

3) No tocante ao problema do trabalhador rural:

Evidenciou-se, ao longo da pesquisa, a dificuldade em reconstituir a sua história como classe dominada. As poucas referências encontradas se situaram sempre no plano da visão da classe dominante sobre os problemas sociais e das condições de trabalho no campo. O chamado «proletariado rural», em especial os peões, vivendo em dependência econômica, social e política, sob relações de produção não especificamente capitalistas, achavam-se sem organização e não possuíam formas de expressão escritas. Já o trabalhador da charqueada, atuando dentro de um processo manufatureiro, identificando-se como «proletário», organizou-se em sindicato, sem que, contudo, se tenham notícias de sua atuação de forma mais concreta.

Este trabalho, com algumas alterações, está sendo publicado pela Editora Mercado Aberto com o título de: «RS: A Economia e o Poder nos Anos Trinta — República Nova Gaúcha (1930-1937)».

III) «O Processo Gaúcho de Industrialização na República Nova (1930-

1937)», de Adolar Koch, apresentado como dissertação do II Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, que analisou, basicamente, o processo de industrialização ao nível das forças produtivas.

No decorrer do ano de 1980, teve início o subprojeto: «A Economia Gaúcha nos Anos Trinta: a Agropecuária Colonial e o Processo de Industrialização na República Nova (1930-1937)».

O trabalho desenvolve-se dentro de duas linhas fundamentais:

1) Agropecuária colonial: buscar-se-á verificar, na análise deste setor econômico, a comprovação empírica da subordinação do processo de trabalho camponês ao capital, ou o processo mediante o qual os colonos vão sofrendo um progressivo empobrecimento e marginalização em proveito da acumulação de capital (comércio, indústria, bancos) também de origem imigrante. Acompanhando esta transformação básica da estrutura econômica, buscar-se-á analisar a forma pela qual se deu a diferenciação social dos agentes envolvidos, suas formas de organização (cooperativas, sindicatos) e de que maneira se posicionaram dentro do contexto político de então.

2) Industrialização: verificar de que maneira está se dando no Rio Grande do Sul a passagem para uma nova forma de acumulação baseada na indústria. Pretende-se também analisar a atuação da burguesia industrial gaúcha (personificação do capital), seja através de sua organização de classe (Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul), seja nos partidos políticos da época. Buscar-se-á avaliar seu nível de consciência de classe e universo ideológico, ao mesmo tempo que será avaliado o comportamento político do operariado industrial urbano no período em apreço.

Em suma, o trabalho objetiva contribuir para o desenvolvimento da pesquisa numa etapa quase inabordada da História rio-grandense.

O trabalho se justifica na medida em que busca justamente analisar as raízes estruturais da economia gaúcha, enfocando problemas que foram e continuam sendo cruciais para o Rio Grande: capitalização, tecnologia, estrutura da propriedade da terra, etc. Por outro lado, a etapa da República Nova reveste-se de singular importância, uma vez que se trata de um momento de transição relevante para a História do Brasil e, naturalmente, para a do Rio Grande do Sul. Transição de uma forma de acumulação, baseada na agroexportação, para aquela baseada na indústria, transição de uma forma de dominação baseada na predominância absoluta das classes agrárias (cuja dimensão burguesa é maior ou menor conforme o setor produtivo e a região) para uma recomposição da coalisão dominante de classes; transição de um Estado Oligárquico para um Estado Corporativo. No caso do Rio Grande do Sul, nem o período nem o tema de estudo foi objeto de um enquadramento histórico de análise. Há material abundante para que isto se dê, necessitando de pesquisa e análise.

Durante o primeiro semestre do ano, foram elaborados trabalhos escritos a partir do material arrecadado, que resultaram nos artigos «A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha», de Telmo Remião Moure», e «O Imigrante na Política», de Sandra Jatahy Pesavento, a serem publicados na obra

«RGS: Imigração e Colonização», da Editora Mercado Aberto, com lançamento previsto para novembro do corrente ano.

Por outro lado, a arrecadação de documentação possibilitou a elaboração do trabalho «A Lavoura Arrozeira Rio-grandense nas Três Primeiras Décadas do Século XX», de Ema Julia Massera Aroztegui, apresentado como dissertação para o curso de bacharelado em História na UFRGS.

Professores da UFRGS.